

OLHARES PARA A EDUCAÇÃO FINANCEIRA DE PROFESSORES DA REGIÃO CENTRAL DO RIO GRANDE DO SUL

DOI:

LOOKS AT THE FINANCIAL EDUCATION OF TEACHERS IN THE CENTRAL REGION OF RIO GRANDE DO SUL

Patrícia Zanon Peripolli¹ Laura

Tiemme de Castro² Andressa

Franco Vargas³ Jonathan de

Aquino da Silva⁴

4

RESUMO

Um dos fatores do atual nível de endividamento e inadimplência no Brasil é a carência de conhecimento da população em relação a Educação Financeira. Assim, este artigo tem como intuito investigar o perfil dos professores em relação ao tema aplicado à sua realidade. Para isso, o estudo contou com 20 professores de uma escola da rede privada da região central do Rio Grande do Sul. Na coleta dos dados, foi utilizado um questionário online, estruturado com dezessete perguntas, com o objetivo de caracterizar o participante e verificar seus conhecimentos financeiros a partir de diferentes situações. Os resultados mostram que os professores ainda precisam desenvolver uma consciência crítica em relação ao consumo consciente, verificar a real necessidade de produtos/serviços e ampliar seu conhecimento sobre o tema. Assim, é importante desenvolver políticas que auxiliem a difundir a Educação Financeira entre professores, alunos, instituições de ensino e alcançar a população em geral.

Palavras-chave: Educação Financeira, Formação inicial e continuada, Visão do professor, Perfil financeiro.

ABSTRACT

One of the factors contributing to the current level of debt and default in Brazil is the lack of knowledge among the population regarding Financial Education. Thus, this article wants to investigate the profile of teachers in relation to the topic applied to their reality. For this purpose, the study involved 20 teachers from a private school in the central region of Rio Grande do Sul. In the data collection process, an online questionnaire consisting of seventeen questions was used., its objective was to characterize the participant and assess their financial knowledge based on various scenarios. The results indicate that teachers still need to develop a critical awareness regarding mindful consumption, assess the actual necessity of products/services, and expand their knowledge on the subject. Therefore, it is important to implement policies that help promote Financial Education among teachers, students, educational institutions, and reach the general population.

Key words: Financial Education, Initial and continuing training, Teacher's vision, Financial profile.

1 Dotoranda em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Franciscana (UFN) – Santa Maria – RS. E-mail: patriciazperipolli@gmail.com
2 Dotoranda em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Franciscana (UFN) – Santa Maria - RS; E-mail: laucaastro@gmail.com
3 Dotoranda em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Franciscana (UFN) – Santa Maria - RS; E-mail: dessafv@gmail.com
4 Dotorando em Ensino de Ciências e Matemática. Universidade Franciscana (UFN) – Santa Maria - RS; E-mail: jhonnymtm@gmail.com



INTRODUÇÃO

No contexto atual do Brasil, o índice de endividamento e inadimplência dos brasileiros é de 43,9% da população (SERASA, 2023). Alguns dos possíveis indicadores de endividamento são o desemprego, a alta da inflação, reflexos da crise sanitária, assim como hábitos de consumo descontrolado e do imediatismo de adquirir algum bem ou serviço.

Outro aspecto, que têm influência para esta condição, é a carência de conhecimentos acerca da Educação Financeira entre as famílias brasileiras. As pessoas não têm o costume de conversar, compartilhar ou buscar informações e estudar sobre as finanças, ao invés disso, na maioria das vezes, sentem-se envergonhados ao ser questionados sobre esse assunto.

Diante dessas circunstâncias percebe-se a necessidade de desenvolver Educação Financeira no país de modo apresentar conhecimentos para que os cidadãos possam se tornar mais conscientes financeiramente. Segundo Muniz (2016), a Educação Financeira nos convida a refletir em relação às ações das pessoas diante de suas situações financeiras, incluindo questões relacionadas à forma de ganhar, utilizar e planejar o dinheiro.

A Educação Financeira tem o intuito de conscientizar cidadãos na tomada de decisões seguras em relação à gestão de suas finanças. Além de possibilitar o acesso ao conhecimento, de forma a promover mudanças de atitudes e de comportamentos para que se torne efetiva (SAVOIA; SAITO; SANTANA, 2007).

Desse modo, percebe-se a necessidade da inserção da discussão e estudo desse tema nas escolas, conforme a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), também precisa ser incentivada por meio de campanhas governamentais, iniciativas locais públicas e privadas, apresentando diferentes abordagens didáticas e tecnológicas. Ao vigorar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento orientador da educação, incluiu a Educação Financeira no Ensino Básico, visando a implementação nas escolas a partir de 2020. Porém, para esse feito, é necessário que os professores da Educação Básica tenham conhecimento sobre a temática.

Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de investigar o perfil dos professores em relação à Educação Financeira aplicada a sua realidade, sendo esses docentes de uma escola da rede privada da região central do Rio Grande do Sul (RS).

MARCADORES LEGAIS QUE APRESENTAM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Em 2005, a OCDE realizou estudos no Brasil, apresentando em seu relatório a escassez de Educação Financeira dos brasileiros, vista como um problema social que necessita de medidas para incentivar o seu desenvolvimento.

Em vista disso, começaram a ser realizadas ações para a promoção da Educação Financeira no País. Em 2010, foi criada a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), instituída pelo decreto nº 7.397/2010, com o intuito de fomentar a cultura da Educação Financeira no âmbito escolar, visando educar crianças, adolescentes, jovens e adultos, de modo a “ampliar a compreensão do cidadão para que seja capaz de fazer escolhas conscientes quanto à administração de seus recursos [...]” (BRASIL, 2010, p. 2).

A pouco tempo foi alterada pelo decreto nº 10.393 de junho de 2020, instituindo a nova ENEF que tem seu objetivo ampliado, visando promover a Educação Financeira, previdenciária e fiscal e contribuir para o fortalecimento da cidadania, eficiência e solidez do sistema financeiro nacional e a tomada de decisões conscientes por parte dos consumidores (BRASIL, 2020).

Em 2018, a BNCC apresenta a Educação Financeira como um dos temas contemporâneos transversais (TCT), considerados temas essenciais para a Educação Básica. Os TCT estão diretamente ligados às necessidades da sociedade atual, ou seja, que são vivenciados pelas comunidades, famílias, estudantes e professores no



seu cotidiano, o que o impulsiona e é impulsionado pelo processo educativo (BRASIL, 2018). A inclusão desses temas no ambiente educacional, contribui para a organização e aplicação desses conhecimentos em situações vivenciadas pelos estudantes no seu dia a dia. Uma vez que, a BNCC destaca que as ações de implementação da Educação Financeira, sejam trabalhadas de forma coletiva e contextualizadas com a realidade de cada escola (BRASIL, 2018).

Assim, ao fazer uma análise da BNCC, identifica-se algumas habilidades que estão relacionadas às finanças no componente curricular de Matemática e suas Tecnologias na etapa Ensino Médio. Como observa-se nos exemplos a seguir:

(EM13MAT101) Interpretar criticamente situações econômicas, sociais e fatos relativos às Ciências da Natureza que envolvam a variação de grandezas, pela análise dos gráficos das funções representadas e das taxas de variação, com ou sem apoio de tecnologias digitais.

(EM13MAT104) Interpretar taxas e índices de natureza socioeconômica (índice de desenvolvimento humano, taxas de inflação, entre outros), investigando os processos de cálculo desses números, para analisar criticamente a realidade e produzir argumentos.

(EM13MAT203) Aplicar conceitos matemáticos no planejamento, na execução e na análise de ações envolvendo a utilização de aplicativos e a criação de planilhas (para o controle de orçamento familiar, simuladores de cálculos de juros simples e compostos, entre outros), para tomar decisões.

(EM13MAT303) Interpretar e comparar situações que envolvam juros simples com as que envolvem juros compostos, por meio de representações gráficas ou análise de planilhas, destacando o crescimento linear ou exponencial de cada caso (BRASIL, 2018, p. 533-536).

Face ao exposto, a BNCC faz referência para a articulação entre os conteúdos de matemática com os assuntos relacionados ao cotidiano dos estudantes, de forma a incentivar o desenvolvimento de cidadãos críticos, autônomos e cientes de suas responsabilidades sociais.

Após a homologação da BNCC, os estados começaram a definir formas objetivas para atender os estudantes em consonância com a realidade e demandas da sua região. O Referencial Curricular Gaúcho do Ensino Médio (RCGEM) é apresentado como documento orientador do território do Rio Grande do Sul e suas redes de ensino. Esse tem o objetivo de oferecer “suporte pedagógico, organizar e unificar a ação educacional em torno de valores como a integridade humana e a cientificidade para desenvolver a intelectualidade, a democracia, a cidadania, as subjetividades” dos estudantes que acessam o Ensino Médio, bem como dos seus professores (RIO GRANDE DO SUL, 2020, p. 23).

O RCGEM reforça a importância da inserção dos temas contemporâneos transversais às propostas pedagógicas no ambiente escolar, devido a implicação na vida humana, em escala local e regional. Esses temas devem estar presentes nas redes de ensino com diferentes metodologias de trabalho, de acordo com suas especificidades, autonomia e observando as características, demandas e necessidades de cada região.

A Educação Financeira é um dos temas transversais apresentados, sua importância é dada, pois tem o objetivo de promover o Letramento Financeiro dos estudantes, de forma interdisciplinar e com equidade (RIO GRANDE DO SUL, 2020). Esse tema deve ser trabalhado mostrando a necessidade de ultrapassar o vínculo com a Matemática financeira, de modo que os estudantes desenvolvam habilidade e competência que oportunize a perceber as vantagens do planejamento financeiro, do consumo consciente, a necessidade de compreenderem um pouco mais a economia e de envolver-se com sociedade do seu país, possibilitando um olhar mais amplo.

Dessa forma, destaca-se a relevância da Educação Financeira estar articulada às demais áreas do



conhecimento. Para isso ser posto em prática o professor também precisa ter essa Educação Financeira, visto que é ele quem irá trabalhar com os estudantes. Mas esses profissionais compreendem a Educação Financeira e aplicam no seu dia a dia?

MATEMÁTICA FINANCEIRA, EDUCAÇÃO FINANCEIRA E LETRAMENTO FINANCEIRO

Ao pesquisar essa temática, considera-se importante trazer o significado para perceber as diferenças entre essas terminologias. Desse modo, é válido enfatizar que a Matemática Financeira se distingue da Educação Financeira, pois muitas vezes elas são tratadas como sinônimos. A Matemática Financeira está ligada a realização de cálculos matemáticos que envolvem situações financeiras, sem se preocupar em contextualizar com cenários reais que possibilitem discussões além dos cálculos.

Essa mesma concepção é trazida por Mello (2019) onde afirma que a Matemática Financeira é uma área que aplica regras matemáticas para analisar questões acerca do dinheiro ao longo do tempo, tal como porcentagem, juros, descontos, acréscimos, e dessa forma, apresenta-se como uma ferramenta que permite fazer uma análise matemática sobre determinada situação, mas que não é a única análise possível a ser realizada. Por isso, considera-se a Matemática Financeira como uma ferramenta que auxilia no desenvolvimento da Educação Financeira.

A Educação Financeira ultrapassa esses aspectos, pois a partir das informações econômicas, busca-se desenvolver discussões e reflexões em relação aos índices, taxas, fatores que influenciam na vida das pessoas, e dessa maneira possam orientar cada consumidor a organizar-se financeiramente e tomar decisões financeiras, sociais e ambientais responsáveis, exercendo direitos e deveres de forma ética e consciente.

Conforme Domingos (2014) o ensino da Educação Financeira não se apoia apenas na matemática, cálculos e planilhas, embora esses não devem ser esquecidos. Para o autor, é visto como um tema mais amplo do que isso, pois é de suma importância considerar os hábitos cotidianos que influenciam no modo como utilizam o dinheiro, ou seja, eles são base para a Educação Financeira.

Essa está voltada para o desenvolvimento das ações e comportamentos das pessoas diante de suas finanças, relacionadas com as diversas implicações a sua volta. Segundo Kistemann Junior, Almeida e Neto (2017), ao trabalhar com a Educação Financeira nas escolas, consideram importante relacioná-la com situações próximas da realidade escolar, de modo a proporcionar aos estudantes, maior interesse, compreensão e incentivando-os para a mudança de comportamentos. Corroborando com esta percepção, Oliveira (2016) ressalta a importância de fazer articulação entre esses conhecimentos e formar cidadãos críticos e reflexivos, acerca das situações que envolvem a sociedade contemporânea.

É importante, também, discorrer sobre o Letramento, de forma geral entende-se como a capacidade das pessoas de aplicar conhecimentos e habilidades em determinadas áreas, assim como, analisar, raciocinar e se comunicar assertivamente, de forma a resolver e interpretar problemas em diferentes situações.

A definição de Letramento Financeiro no contexto do Pisa (2021) é o conhecimento e a compreensão de conceitos e riscos financeiros, bem como as habilidades e atitudes para aplicar esse conhecimento e essa compreensão, com o intuito de tomar decisões assertivas em diversos contextos financeiros, melhorando o bem-estar financeiro das pessoas e da sociedade.

Lusardi e Mitchell (2014) compreendem o Letramento Financeiro como a capacidade das pessoas de processar as informações econômicas, tomar decisões informadas e responsáveis sobre finanças, planejamento, reserva de emergência, quitação de dívidas e investimentos. O desenvolvimento do Letramento Financeiro, proporciona às pessoas identificar a melhor forma de alcançar o equilíbrio financeiro e com isso buscar melhoria em sua qualidade de vida.

Dessa forma, entendemos que a Educação deve contribuir para a formação de pessoas competentes



para enfrentar situações problemas que lhes serão cotidianas. A Educação Financeira compreende que o estudo dos problemas está ligado ao desenvolvimento de um Letramento Financeiro, como uma competência a ser desenvolvida. Além do Letramento, compreendemos que a Educação Financeira articula a competência crítica e comportamental (PERIN; CAMPUS, 2022).

De modo geral, percebe-se que integrar a Educação Financeira no ambiente escolar, pode ser considerada um estímulo para desenvolver ações e discussões, a respeito do contexto social e econômico das pessoas ali envolvidas, tendo como intuito proporcionar uma vida mais saudável e uma sociedade responsável e consciente.

METODOLOGIA

Este artigo está pautado em uma pesquisa qualitativa, pois o fenômeno investigado é contextualizado de modo a explorar como as características se apresentam e, assim, são evidenciadas suas interpretações e compreensões. A pesquisa qualitativa permite entender o fenômeno, diante dos diferentes posicionamentos, experiências e o contexto dos participantes (BICUDO, 2021). Neste estudo, temos como objetivo investigar o perfil dos professores em relação à Educação Financeira aplicada em sua realidade.

O instrumento de coleta de dados utilizado foi um questionário do tipo survey, visto que é uma ferramenta que possibilita verificar as opiniões, entendimentos dos participantes de forma rápida e eficiente. O questionário possui 17 perguntas e foi aplicado de maneira online por meio do Google Formulário, durante o ano de 2021 com professores de uma escola da rede privada da região central do estado do RS. O mesmo possui 05 blocos de questões com o objetivo de caracterizar o sujeito e verificar seus conhecimentos financeiros a partir de perguntas relacionadas às finanças pessoais e duas situações hipotéticas.

A caracterização dos participantes foi realizada a partir do gênero, idade e quantidade de pessoas no núcleo familiar. Como família (ou núcleo familiar) compreendemos as pessoas que vivem junto com o participante. O conhecimento financeiro foi observado através da compreensão dos sujeitos sobre o quanto sua família recebe e gasta por mês, se são feitos investimentos ou se guarda algum valor frequentemente, se o sujeito prefere comprar à vista ou a prazo e quais os tipos de investimentos que conhecem.

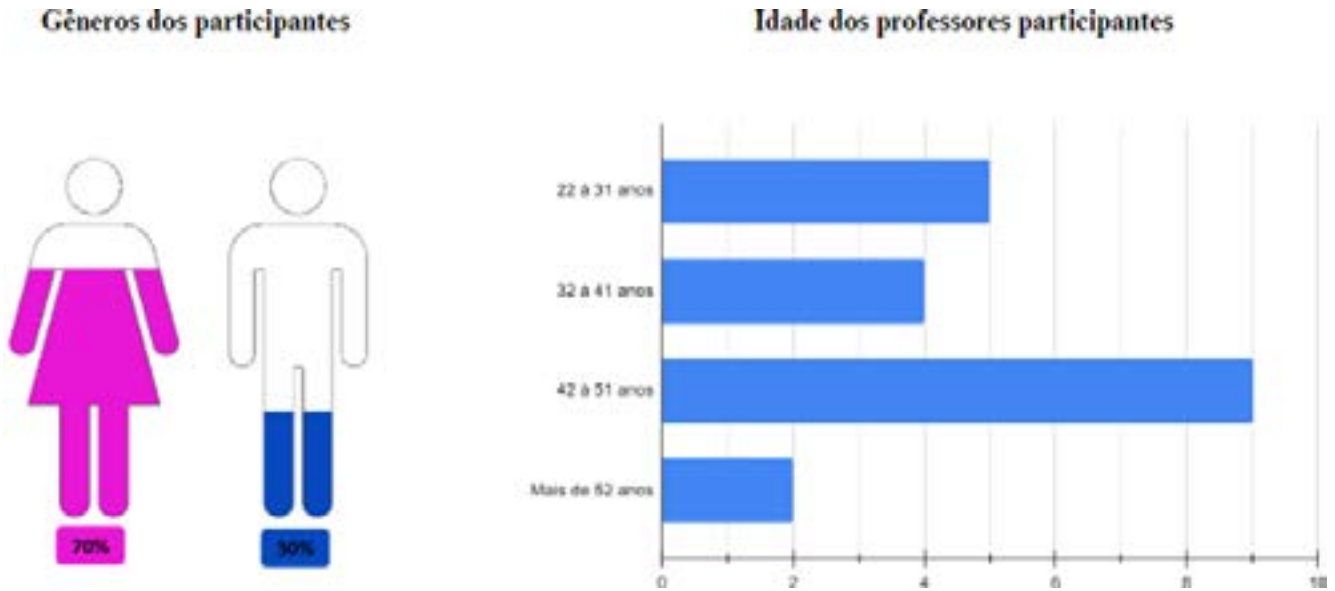
Por fim, foram postas duas questões problemas hipotéticas, sendo que na primeira, apresentamos diferentes quantidades e preços de um mesmo produto e o participante deveria realizar a escolha de qual comprar, em seguida, deveria explicar o porquê da escolha. Já na segunda, demos um orçamento para quitação de compras e uma lista de contas, que somadas, davam um valor maior do que o disponível, assim o participante deveria escolher qual conta deixaria de pagar e explicar sua escolha.

O primeiro problema foi pensado para analisar se os sujeitos compreendem que, nem sempre, é vantajoso comprar a maior quantidade de produtos pelo menor preço, pois outras variáveis, além do valor, devem ser consideradas. Com o segundo problema, pretendemos verificar as prioridades de gastos dessas pessoas.

CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Obtivemos um total de 162 respostas, destas 142 de alunos e 20 professores, para a escrita deste artigo utilizaremos somente as respostas dos professores. A maior parte dos participantes são do gênero feminino (14) e possuem entre 42 e 51 anos, a Figura 1 apresenta essas informações.

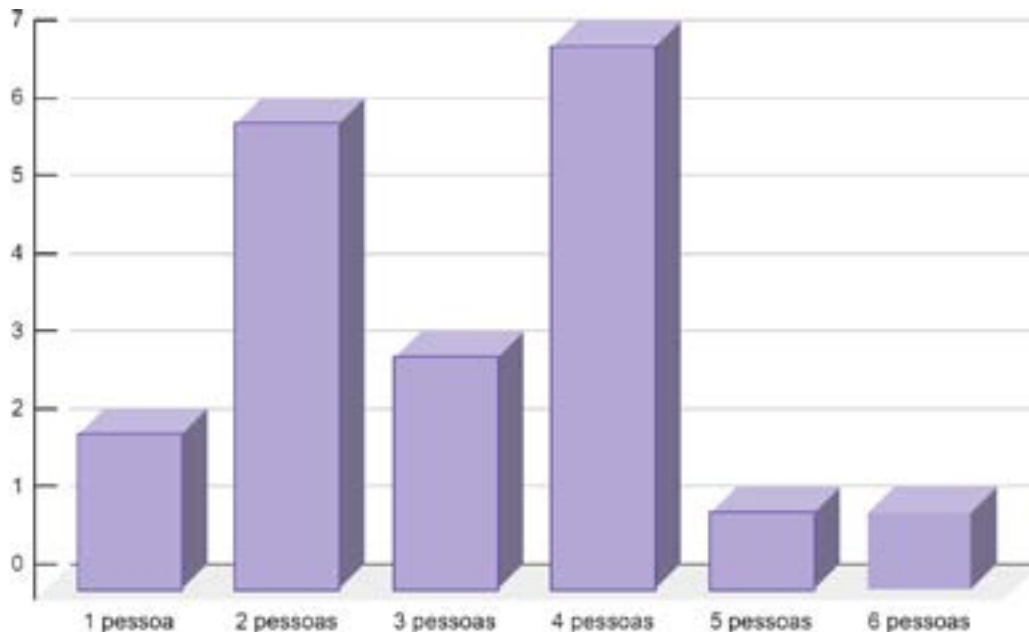
Gráfico 1- Gênero e faixa etária dos participantes da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa.

A quantidade de pessoas que compõem o núcleo familiar é diversificada entre os participantes, porém, em sua maioria, são formados por quatro ou duas pessoas, conforme é possível observar no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Distribuição da quantidade de pessoas no grupo familiar.



Fonte: dados da pesquisa.

Das pessoas que possuem dois ou mais membros em seu grupo familiar, uma não sabe quanto o rendimento mensal de seu grupo e cinco não estão cientes dos gastos que possuem. Dentre as pessoas que não sabem o gasto da família, três são mulheres e possuem o núcleo formado por três ou quatro pessoas, e dois são homens e possuem o núcleo formado por quatro ou seis pessoas. Uma das mulheres que não sabe quanto sua família recebe também não sabe o gasto mensal.

Esses dados nos mostram que, em sua maioria, os professores estão cientes das condições financeiras

de sua família, que é de grande importância para que não haja grandes imprevistos. Segundo Lopes (2012) o ideal é que cada membro da família tenha conhecimentos básicos do seu papel dentro do planejamento financeiro familiar e que exista o esforço simultâneo de todos para manter o equilíbrio financeiro.

PERFIL FINANCEIRO

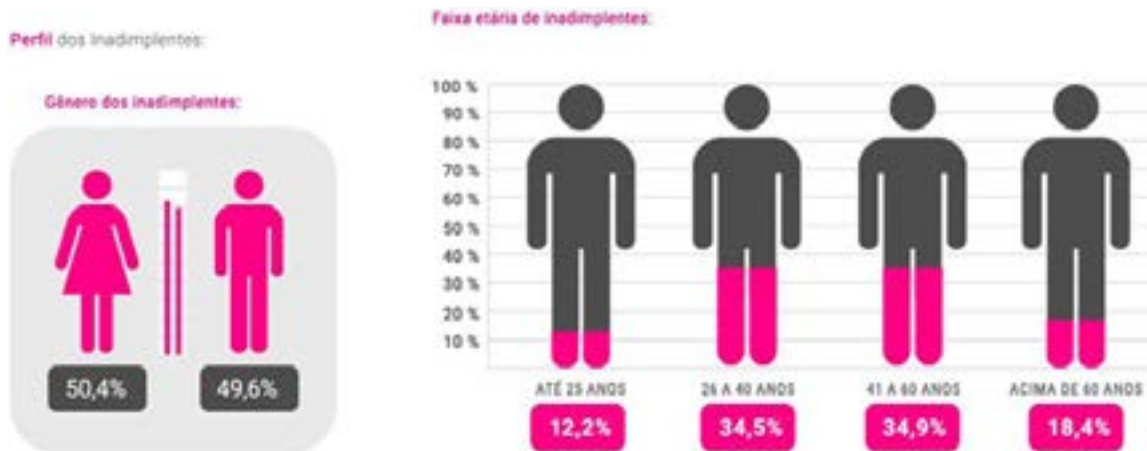
Para esta seção, focamos em verificar, com perguntas de múltipla escolha, o perfil financeiro dos professores. Para isso, perguntamos se guardam dinheiro ou realizam investimentos, se compram a prazo ou à vista e quais tipos de investimentos conhecem.

Com a nossa primeira pergunta, é possível perceber que a maioria dos professores

(14) guardam ou investem seu dinheiro. Vale destacar a importância de guardar dinheiro para a reserva de emergência, para situações inesperadas ter a que recorrer e investir para buscar alcançar suas metas financeiras.

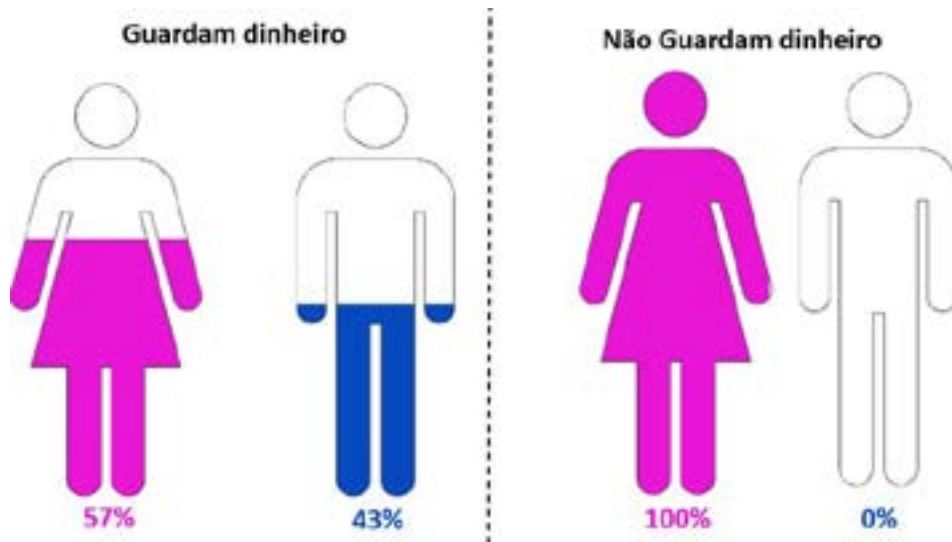
Inadimplência se refere a dívidas que não são quitadas dentro do prazo estabelecido, a partir do Gráfico 3, percebemos que o gênero feminino é o que mais apresenta inadimplência e que a faixa etária que se encontra inadimplente é dos 41 aos 60 anos, segundo o levantamento mensal de setembro realizado pelo Serasa (2023).

Gráfico 3 - Gênero e faixa etária de inadimplentes da população brasileira



Fonte: Serasa, setembro 2023.

Com os dados coletados por nossa pesquisa, percebemos que as seis pessoas que não têm o hábito de reservar um valor são do gênero do feminino e com idade superior a 41 anos, conforme mostra o Gráfico 4.

Gráfico 4 - Perfil dos participantes que guardam dinheiro

Fonte: dados da pesquisa.

Ao comparar os dados do Serasa (2023) com os obtidos na nossa pesquisa, nos alerta que as mulheres que acabam por não conseguir guardar alguma quantidade de dinheiro ao mês podem estar, futuramente, na estatística da inadimplência. Esse fato pode ocorrer por falta de informação e Educação Financeira dessas professoras, visto que uma delas, inclusive, não sabe o gasto de seu grupo familiar.

As perguntas referentes aos tipos de pagamento foram: “Você costuma guardar algum valor para adquirir algum produto com pagamento à vista?” e “Você costuma adquirir produtos usando condições de pagamentos parcelados?”, 11 pessoas assinalaram “Sim” para ambas as perguntas, logo realizam os dois tipos de compra. Do restante, apenas uma pessoa disse que guarda algum valor para a compra à vista e que não realiza compras a prazo. Sendo assim, dos 20 professores, somente um não realiza compras a prazo.

A compra a prazo, é uma boa opção para quem não pode desembolsar o valor integral do produto/serviço no ato da compra, assim o valor é dividido em meses, geralmente no cartão de crédito. Porém, é preciso incluir esse valor no seu orçamento, para que não perca o controle, pois caso tenha algum imprevisto e não consiga pagar a parcela do mês, acarretará juros, aumentando as chances de endividar-se, sendo essa uma das principais causas de endividamento dos brasileiros (SERASA, 2023).

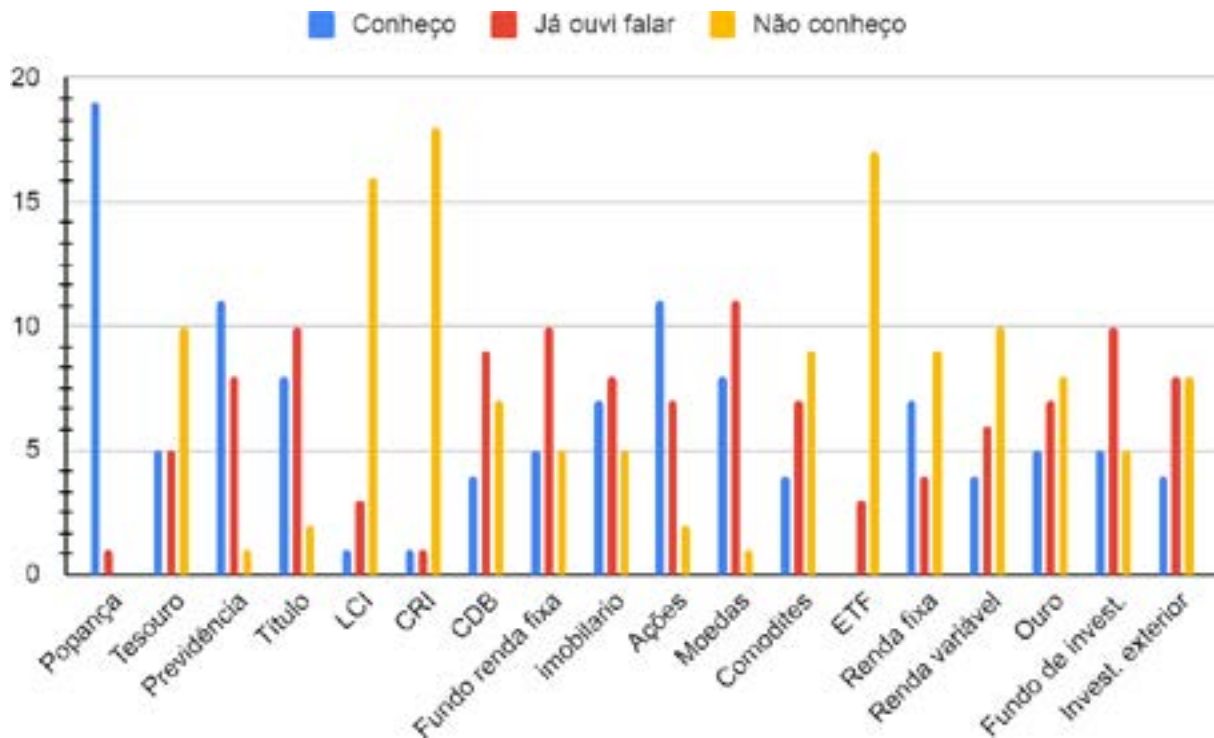
Quanto a realizar algum tipo de investimento, 12 professores afirmaram que costumam fazê-lo. Porém, uma dessas pessoas afirma que não guarda/investe valores com frequência, logo acreditamos que a aplicação do dinheiro em investimentos ocorre sem periodicidade. Das oito pessoas que afirmaram não realizar investimentos, três apontam que costumam guardar dinheiro com frequência, logo percebemos que alguns professores guardam o dinheiro, mas não realizam investimentos.

Também foi perguntado aos participantes quais os tipos de investimentos que eles conheciam. Para isso, foram postos os seguintes investimentos: Poupança, Tesouro Direto, Previdência Privada, Título de capitalização, Letra de Crédito Imobiliário (LCI) / Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) / Certificado de Recebíveis do Agronegócio (CRA), Certificados de Depósito Bancário (CDB), Fundos de Renda Fixa, Fundos Imobiliários, Ações, Moedas, Commodities, Exchange Traded Fund (ETF), Renda Fixa, Renda Variável, Ouro, Fundos de Investimento e Investimentos no Exterior.

Os professores deveriam classificar os investimentos nas categorias “Conheço”, “Já ouvi falar” e “Não conheço”, sendo que a primeira nos informa que o participante já realizou pesquisas sobre o investimento, a segunda que o mesmo conhece o investimento, mas não realizou pesquisas sobre, e a última que o professor

não conhece e nem realizou pesquisas sobre o investimento em questão. As respostas podem ser observadas no Gráfico 5.

Gráfico 5 - Investimentos conhecidos pelos participantes



Fonte: dados da Pesquisa.

Os investimentos mais conhecidos são a Poupança (19), Previdência (11) e Ações

(11). Os investimentos Moedas (11), Fundo de Renda Fixa (10), Título (10) e Fundo de Investimento (10) são conhecidos superficialmente pelos participantes. Os menos conhecidos são LCI, CRI e ETF. Com esses resultados percebemos que os participantes têm conhecimento, mesmo que pouco, sobre investimentos.

Acreditamos que os mais conhecidos são os mais comentados pela população, visto que a Poupança é algo recomendado pelos bancos, a Previdência é conhecida devido a sua ligação com a aposentadoria e as Ações é um investimento comentado nos jornais e filmes. A principal justificativa para escolha de investimentos é a segurança, sendo assim, a poupança é um dos investimentos mais populares entre os brasileiros, estudos mostram que a escolha pela poupança, se dá em virtude da facilidade, comodidade, por não cobrar imposto de renda, pela segurança, por serem mínimas as possibilidades de perdas financeiras (CORDEIRO, 2019).

PROBLEMAS PARA REFLETIR

No último momento do questionário foram propostas duas questões problemas para verificarmos se os professores conseguem ponderar a necessidade do seu grupo familiar ao realizar a compra. A questão problema proposta consistia na escolha entre duas opções de preço e quantidades de um mesmo produto, conforme apresentado no Quadro 1. Em seguida, os professores deveriam descrever porque realizaram determinada escolha.



Quadro 1 - Primeira Questão Problema

Imagine agora que você irá ao mercado comprar alguns desses itens. Decida qual a melhor opção. (Você pode criar critérios exclusivos, não existe resposta correta). Ao final você deverá informar como pensou para decidir.
<u>Situação 1</u> () Uma caixa de 10kg de banana por R\$29,00 () 1Kg de banana por R\$3,50
<u>Situação 2</u> () 500g de café por R\$10,00 () Um pacote de 10kg no atacado por R\$150,00
<u>Situação 3</u> () 4 rolos de papel higiênico (60m) folha dupla por R\$ 6,00 () 4 rolos de papel higiênico (30m) folha dupla por R\$ 3,70
<u>Situação 4</u> () 1 sachê de maionese de 200g por R\$ 3,30 () 1 balde de 3kg por R\$ 28,00

Fonte: autores.

Nosso objetivo com essas questões era de que os participantes pensassem conforme seu núcleo familiar, visto que, caso seja formado por duas pessoas comprar 10 kg de banana não é a melhor opção, pois embora de ser mais barato é um alimento perecível, que provavelmente estragaria ao final de um curto período de tempo, não sendo aproveitado em sua totalidade. O raciocínio é o mesmo ao se tratar da compra de café ou maionese. Já para a compra do papel higiênico independe o tamanho do grupo familiar, pois o valor pago com os rolos de 60 metros é o mais em conta, apesar de ser aparentemente mais caro, pois o valor por metro será menor.

Para a situação 1 obtivemos 12 respostas favoráveis aos 10 kg de banana e para a situação 2, do café, 11 pessoas favoráveis à compra de 10 kg. Já na situação 4, referente ao papel higiênico, 19 pessoas favoráveis para a opção com 60 metros e na situação 3, 11 para o sachê de maionese.

Quanto às justificativas utilizadas, separamos em dois grupos para a análise: 1) os que levaram em consideração a quantidade de pessoas de seu grupo familiar e suas preferências; e 2) os que levaram em consideração apenas o preço por unidade dos produtos. Analisando as justificativas dos professores, percebemos que 11 consideraram a quantidade de pessoas e preferências de seu grupo familiar. Desses, apenas um mora sozinho, logo todas suas escolhas foram referentes às menores quantidades. A escolha pelo sachê de maionese foi a mesma para todos independente da quantidade de pessoas que convivem.

Ainda referente ao grupo 1, na situação 1, quatro professores escolheram a caixa com 10 kg de banana, sendo que dois desses são os professores com maiores grupos familiares (cinco ou seis pessoas), porém dois



participantes, que também escolheram essa opção, possuem apenas dois membros.

Referente a situação 2, quatro participantes optaram pelo pacote de 10 kg de café. Três desses professores possuem duas ou três pessoas em seu grupo familiar e outro possui quatro, acreditamos que esses três professores levam em conta o quanto de café é consumido por sua família e, por consequência, o custo-benefício.

O segundo grupo de professores totalizaram oito participantes e analisaram apenas a comparação do preço com a quantidade, utilizando o custo-benefício, ao invés de acrescentar a quantidade de pessoas de seu grupo familiar, e suas preferências, nesse pensamento. Além disso, um dos participantes relatou que suas escolhas foram feitas mediante a “Pressa”.

Essa questão problema nos mostra que a escolha da maioria dos professores (11) foi realizada em duas partes, a primeira verificando o custo-benefício do produto e a segunda analisando as preferências de seus familiares, visto que mesmo com um grupo familiar pequeno em alguns casos foram escolhidos itens em maiores quantidades.

Porém, o número de professores que considerou apenas o custo-benefício (9) é um número significativo, dado nossa amostra de 20 respondentes. Percebemos uma falta de consciência financeira para esse grupo, ainda não despertaram para a importância do consumo consciente, a real necessidade de consumo do seu grupo familiar, a quais são desenvolvidas por meio da Educação Financeira, que favorece para a tomada de decisão mais conscientes (OLIVEIRA, 2016).

A segunda questão, apresentada no Quadro 2, consistia na escolha de, dado um orçamento, qual das contas disponíveis não seria paga naquele mês. Em seguida, deveria justificar suas escolhas.

Quadro 2 - Segunda Questão Problema

Imagine a seguinte situação: Para pagar as contas do mês, você possui um orçamento de R\$1.100,00 à disposição. Dentre os itens abaixo, qual(ais) você deixaria de pagar no momento, sabendo que o total de dívidas é superior ao seu orçamento.
Opção 1: Compras no Mercado (mês): R\$ 450,00
Opção 2: Internet: R\$ 150,00
Opção 3: Farmácia: 150,00
Opção 4: Parcela do financiamento da casa: R\$ 300,00
Opção 5: Pintura da Varanda: R\$ 150,00
Opção 6: Luz: 200,00
Opção 7: Água: R\$ 150,00
Opção 8: <i>Streaming</i> : R\$ 50,00

Fonte: autores.

Embora a situação foi apresentada como mostra o Quadro 1, houve três professores que não compreenderam a proposta da questão, visto que marcaram os itens que correspondiam às contas que iriam pagar. Sendo assim, para essa questão, obtivemos um total de 17 respostas conforme a maneira desejada inicialmente.

Desse modo, os serviços de “Mercado” e “Luz” não foram excluídos por nenhum dos participantes. Os serviços com menor prioridade foram “Pintura da Varanda” (17), “Streaming” (15), “Internet” (9) e “Farmácia” (4), isso nos mostra que os participantes buscam priorizar o essencial para a sua casa, ao confrontar com as justificativas de escolhas dos participantes verificamos que todos os realizaram escolhas a partir da “necessidade” ou de ser um serviço “essencial”, na visão de cada um.

Dos 17 participantes, seis ultrapassaram o valor do salário disponibilizado, enquanto o restante dos participantes ficou com saldo positivo, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 - Saldo final dos participantes

Participante	Gasto	Salário	Saldo
1	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00
2	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 200,00
3	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 200,00
4	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00
5	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00	-R\$ 100,00
6	R\$ 1.300,00	R\$ 1.100,00	-R\$ 200,00
7	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00	-R\$ 100,00
8	R\$ 1.300,00	R\$ 1.100,00	-R\$ 200,00
9	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00
10	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 200,00
11	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 200,00
12	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00
13	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00	-R\$ 100,00
14	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 200,00
15	R\$ 900,00	R\$ 1.100,00	R\$ 200,00
16	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00
17	R\$ 1.200,00	R\$ 1.100,00	-R\$ 100,00

Fonte: dados da pesquisa.

Com o exposto no Quadro 3, notamos que os participantes não pensaram em utilizar todo o valor do salário disponível, visto que os professores que alcançaram um saldo positivo poderiam ter escolhido quitar, ao menos, mais duas contas. Da mesma forma, houve professores que também não realizaram o cálculo dos



gastos e ultrapassaram o valor total do salário, resultando em um saldo negativo.

O mesmo pode ser percebido nos três participantes que não compreenderam corretamente o problema (Quadro 4). Nesse caso, esses professores selecionaram as contas que iriam manter o pagamento normalmente.

Quadro 4 - Valores das contas mantidas por professores

Participante	Gasto	Salário	Saldo
18	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00
19	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00
20	R\$ 600,00	R\$ 1.100,00	R\$ 500,00

Fonte: dados da pesquisa.

Apenas um dos participantes utilizou a questão dos juros em atrasos de contas para a justificativa de suas escolhas e outro considerou a possibilidade de renegociação da dívida. De modo geral, devemos destacar que os participantes perceberam quais os serviços podem ser cancelados ou são desnecessários, principalmente na escolha da retirada da “Pintura da Varanda” e “Streaming”.

Isso nos mostra a importância na tomada de decisão na hora de assumir mais uma conta, verificar se este valor cabe no orçamento familiar, se este serviço/produto é essencial para o seu contexto e caso não se tenha essa opção de escolha, é preciso utilizar outras alternativas, como a possibilidade de prorrogar o prazo de pagamento, mas ciente dos juros e impostos a serem pagos no longo prazo, além de verificar a viabilidade de renegociação das dívidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo investigar o perfil dos professores em relação à Educação Financeira aplicada em sua realidade, visto que esses precisam integrar o estudo e discussão dessa temática em sua prática.

Como vimos, os documentos oficiais evidenciam a importância do desenvolvimento da Educação Financeira no contexto escolar de forma integrada e transversal entre as áreas do conhecimento, direcionando a responsabilidade a todos os professores da escola. Percebemos indícios de que os professores de matemática têm uma grande influência na inserção da Educação Financeira em sua disciplina, visto que já trabalham com a Matemática Financeira, mas essa responsabilidade não deve recair exclusivamente para essa área. É fundamental que as práticas de ensino envolvam esse tema, relacionem e reflitam o conhecimento científico com situações problemas que estejam relacionadas e contextualizadas com situações cotidianas, de forma a proporcionar uma formação crítica e consciente.

Dessa forma, percebemos a relevância de verificar como os professores veem a



Educação Financeira, e como aplicam em sua realidade, questionando-os com questões problemas hipotéticos, as quais precisavam indicar as opções que escolheriam diante do seu núcleo familiar e da sua realidade. Para que, dessa forma pudéssemos identificar como os professores compreendem esse assunto, pois sabemos que precisam compartilhar esse conhecimento e desenvolvê-lo no contexto escolar.

Diante disso, percebemos que os participantes da pesquisa ainda precisam desenvolver uma consciência crítica em relação ao consumo consciente, de verificar a real necessidade do produto/serviço para o seu núcleo familiar, desenvolver o hábito de realizar um orçamento financeiro mensal para saber os gastos e entradas daquele mês, fazer planejamento financeiro visando atingir suas metas, sendo esses alguns aspectos evidenciados na análise dos dados. Isso sugere um problema com várias causas, que também podem ser consequência dos professores não terem tido no decorrer do seu processo formativo (formação inicial e continuada) um direcionamento para o tema da Educação Financeira.

Em vista disso, evidenciamos a importância de desenvolver a Educação Financeira entre os professores, pois esse tema precisa ser ampliado em todas as esferas, para que assim consiga chegar em todas as instâncias sociais. As escolas são ambientes estratégicos para disseminá-la ao utilizar o professor para atuar como multiplicador desse conhecimento.

Nesse sentido, acentuamos para a relevância de difundir informações e conhecimento acerca da Educação Financeira para que os professores a compreendam e passem a aplicar na sua vida pessoal, auxiliando na gestão da sua vida financeira pessoal e familiar e repassando este conhecimento para outras pessoas.

Indicamos a importância de incluir a abordagem desse assunto na formação inicial dos professores. Além de disseminar programas e cursos de formação continuada aos professores direcionados para a Educação Financeira, de modo a proporcionar estratégias pedagógicas apresentando possibilidades de trabalhar e integrar o tema na sua prática articulando com a realidade escolar de cada professor. Ressaltamos, que essa não deve ser uma medida tomada somente para professores e futuros professores de Matemática, visto que o tema da Educação Financeira deve ser trabalhado por todos os componentes curriculares.

Desse modo, a partir dessa pesquisa buscamos colaborar para o conhecimento da Educação Financeira, partindo da realidade e da necessidade dos professores da ampliação da discussão desse assunto e com isso, inspirar outras iniciativas que colaborem para a disseminação da Educação Financeira no país.

REFERÊNCIAS

BICUDO, M. A. V. A pesquisa em Educação Matemática: a prevalência da abordagem qualitativa. Revista Brasileira de Ensino de Ciência e Tecnologia, Curitiba, v. 5, n. 2, p. 15-26, 2012. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbect/article/view/1185>.

Acesso em: 26 set. 2023

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Ministério da Educação. Brasília. 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Decreto nº 10.393, de 9 de junho de 2020. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira- FBEF.

2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-

2022/2020/decreto/d10393.htm. Acesso em: 11 set. 2023.

BRASIL. Estratégia Nacional de Educação Financeira– Plano Diretor da ENEF. 2010. Disponível em: <https://www.vidaedinheiro.gov.br/wp-content/uploads/2017/08/Plano-Diretor-ENEF-Estrategia-Nacional-de-Educacao-Financeira.pdf>. Acesso em: 11 set. 2023.



CORDEIRO, V. A. S. Fatores que motivam os investidores brasileiros a optarem pela Poupança. 2019, 69 p. Monografia (Especialização em finanças empresariais) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

DOMINGOS, R. A importância da educação financeira nas escolas. A Tribuna News, Campo Grande, 9 nov. 2014. Disponível em: <https://www.tribunanews.com.br/artigos/a-importancia-da-educacao-financeira-nas-escolas-reinaldo-domingos>. Acesso em: 14 set. 2023.

KISTEMANN JR, M. A., ALMEIDA, D. B., NETO, I. R. Uma experiência com

educação financeira de jovens indivíduos consumidores no PRÓBIC-JR- FAPEMIG/UFJF. Revista Paranaense De Educação Matemática, v. 6, n. 10, p. 223- 245, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.33871/22385800.2017.6.10.223-245>.

Acesso em: 26 set. 2023.

LOPES, F. F. M. A importância do orçamento familiar. Trabalho de Conclusão de Curso em Administração, Faculdade de Estudos Administrativos de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil, 2012.

LUSARDI, A.; MITCHELL, O. S. The Economic Importance of Financial Literacy: Theory and Evidence. Journal of Economic Literature, v. 52, n. 1, p. 5-44, 2014. Disponível em: <https://www.aeaweb.org/articles?id=10.1257/jel.52.1.5>. Acesso em: 26 set. 2023.

MELO, D. P. de. Educação financeira e matemática financeira: compreendendo possibilidades a partir de um grupo de estudo com professores do ensino médio. 2019. 109 p. Dissertação (Mestrado em educação Matemática e Tecnológica) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019.

MUNIZ, I. Jr. Econs Ou Humanos? Um Estudo Sobre a Tomada de decisão em Ambientes de Educação Financeira Escolar. 2016. 431 p. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

OLIVEIRA, A. Educação Financeira: como está sendo abordada nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental?. In: Encontro Brasileiro de Estudantes de Pós-Graduação em Educação Matemática, 20., Curitiba. Anais... Curitiba: XX EBRAPEM, 2016. p. 1-12.

PERIN, A. P.; CAMPOS, C. R. Uma investigação sobre concepções acerca da educação financeira de alunos do ensino médio. Revista em Teia, Recife, v. 13, n. 3, p. 1-25, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/emteia/article/view/254588/42491>.

Acesso em: 28 set. 2023.

PISA 2021. Matriz de referência de análise e de avaliação de letramento financeiro. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Brasília, DF: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/avaliacoes_e_exames_da_educacao_superior/matriz_de_referencia_de_analise_e_de_avaliacao_de_letramento_financeiro

_pisa_2021.pdf. Acesso em: 26 set. 2023.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Referencial Curricular Gaúcho Ensino Médio. Porto Alegre: SEE, 2020. Disponível em: <https://educacao.rs.gov.br/upload/arquivos/202207/14142026-rcgem-jul-22.pdf>. Acesso em: 12 set. 2023.

SAVOIA, J. R. F.; SAITO, E. T.; SANTANA, F de A. Paradigmas da educação financeira no Brasil. RAP-Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, v. 41, n. 6, p. 1121-1141, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6620>.

Acesso em: 08 set. 2023.

SERASA. Boletim econômico setembro 2023. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2F1006f696eb1e49d18ad50a6942ae4c35?alt=media&token=5d775da3-cd0a-47e7-83d9-d1f17c4f4769&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 29 set. 2023.